Sumário

Introdução 1
1. O Passado que Permanece – A Violência do Estado nas Práticas Penais 9
1.1 Foucault e a sociedade punitiva 9
1.1.2 Compreensão das práticas punitivas - O Inimigo Social 12
1.2 A Leitura nacional sobre o sistema punitivo 19
2. Ampla Defesa e Contraditório no Inquérito Policial 27
2.1 Persecução Penal 27
2.1.1 Órgãos encarregados da persecução penal na primeira fase 28
2.2 Investigação Preliminar 30
2.2.1 Inquérito Policial 31
2.3 Caráter inquisitivo - a discussão doutrinária a respeito da incidência do contraditório e da ampla defesa 33
2.3.1 A interpretação do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal 34
2.4 Elementos informativos e a formação da opinio delicti do titular da ação penal 44
2.4.1 Da necessária distinção entre elementos informativos e provas 45
3. Ampla Defesa no Curso do Processo 49
3.1 Previsão Constitucional – Ampla Defesa e Assistência Judiciária e Jurídica 49
3.2 Cumpre o Estado o seu dever de prestar a assistência jurídica integral e gratuita? 51
3.3 Paradigma Autoritário X Paradigma Democrático 53
3.4 Ampla Defesa - Princípio, direito e garantia 58
3.4.1 Defesa técnica 61
3.4.2 Autodefesa 65
3.4.3 Ampla Defesa e Contraditório 70
4. A Formação do Convencimento do Órgão Julgador 73
4.1 Processo como procedimento em contraditório 74
4.2 Critérios para a formação do convencimento do juiz 75

4.2.1 Importância da atuação das partes em paridade de condições 79
4.2.2 A Precariedade da Atuação Defensiva e a Preponderância da Atuação Ministerial na Fase de Inquérito 81
4.3 Atuação do Órgão Jurisdicional 83
4.3.1 No Inquérito Policial 84
4.3.2 No Curso do Processo 86
4.4 A Crítica Doutrinária aos Poderes Instrutórios do Juiz 88
4.4.1 O Debate na Doutrina 89
4.5 Livre Convencimento Motivado - Desmitificando a verdade dos fatos – Sentença como ato de convencimento 95
5. Atua o Poder Judiciário como Garantidor do Devido Processo Penal? 101
5.1 Impossibilidade de Aplicação da Pena sem Processo 102
5.1.1 Atos Procedimentais e Nulidades 103
5.1.2 Necessidade de Declaração Judicial para o Reconhecimento das Nulidades 105
5.2 A Defasagem entre o Sistema de Nulidades e a Constituição Federal de 1988 e as Alterações no Código de Processo Penal 107
5.3 A Exposição de Motivos do Código de Processo Penal e o Sistema de Nulidades 108
5.4 O Papel do Poder Judiciário como Garantidor do Devido Processo Penal... 110
5.4.1 Supremo Tribunal Federal – Guardião dos Direitos Fundamentais? ... 111
5.4.1.2 Utilização da Súmula nº 523 do Supremo Tribunal Federal 113
6. Acesso à Justiça como Expressão da Cidadania – O Papel da Defensoria Pública 119
6.1 Direito de acesso à justiça – direito fundamental e garantia na Constituição Federal de 1988 119
6.2 A assistência jurídica integral e gratuita no processo penal 124
6.3 A não efetividade da norma referente ao acesso à justiça 128
7. Considerações finais 131
8. Referências bibliográficas..... 137
Anexo 1 155
Anexo 2 169